

PMDF/Divulgação



Os primeiros convocados na CPI dos Atos Antidemocráticos

Na primeira reunião ordinária da CPI dos Atos Antidemocráticos, prevista para quarta-feira, os membros vão discutir requerimentos de convocação dos principais integrantes da segurança pública no dia da invasão dos prédios da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro. O presidente da CPI, deputado Chico Vigilante (PT), e o deputado Pastor Daniel de Castro (PP) apresentaram requerimentos para o depoimento do então O2 da segurança pública, delegado Fernando de Sousa Oliveira. Daniel de Castro quer também a oitiva do ex-comandante-geral da Polícia Militar do DF coronel Fábio Augusto Vieira (foto). O oficial poderá falar também sobre o vandalismo e a tentativa de invasão da sede da Polícia Federal, na área central de Brasília, em 12 de dezembro. Ainda por iniciativa do distrital, a CPI vai analisar a convocação da então subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, a delegada da Polícia Federal Marília Ferreira Alencar.

Félix: "Ibaneis deve explicações"

Integrante da CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa, o deputado Fábio Félix (PSol) comentou criticamente as ligações de Ibaneis Rocha (MDB) na véspera e no dia do ataque às sedes dos Três Poderes, que foram exibidas em relatório da perícia da Polícia Federal sobre o telefone do governador. "As mensagens contidas no celular de Ibaneis revelam que o governador e parte do GDF menosprezaram o tamanho da ação violenta de 8/01. Fica claro que não houve engajamento do gabinete do governador proporcional ao tamanho da crise anunciada. Ibaneis deve explicações à sociedade!"

Ed Alves/CB/D.A. Press



Pedido de providências

Mensagem encaminhada por Anderson Torres, então secretário de Segurança Pública, ao O2, Fernando Oliveira, em 5 de janeiro, indica que ele pediu providências e "montar um planejamento" para conter as manifestações do fim de semana seguinte, quando houve as invasões das sedes dos Três Poderes da República. "Temos que ver o que realmente pode acontecer", disse Anderson, que está preso desde 14 de janeiro. Fernando respondeu que as providências estavam sendo adotadas.



Marcos Correa

Em contato

Anderson Torres também ligou dos Estados Unidos para o adjunto, Fernando Oliveira, na véspera da invasão, para saber como estavam os preparativos da segurança pública. Ainda pediu que tudo fosse repassado ao governador Ibaneis Rocha.

Ânimos exaltados

Um boletim de inteligência foi encaminhado na véspera das invasões da Praça dos Três Poderes no grupo de WhatsApp da segurança, do qual faziam parte o então comandante-geral da PM, Fábio Augusto Vieira, o secretário da pasta, Anderson Torres, e o adjunto, Fernando Oliveira, além de outras quatro pessoas da Secretaria de Segurança Pública, entre policiais militares e civis. Fica claro que o risco de uma crise era iminente. O relatório aponta que já haviam chegado 50 ônibus em Brasília e eram aguardados outros 43, com 1.622 passageiros para compor o movimento de "resistência patriótica". O boletim informava que os manifestantes estavam com os ânimos exaltados e dispostos a partir para o confronto com os policiais. Só isso já seria suficiente para medidas mais duras que não foram acionadas.

Pedido de bloqueio

Relatório da Polícia Federal sobre o telefone do ex-secretário-adjunto de Segurança Pública Fernando Oliveira indica que a cúpula da PM e da pasta tiveram acesso, na véspera dos atos golpistas, de ofício em que o ministro da Justiça, Flávio Dino, alerta para risco de invasão e hostilidades por parte dos manifestantes que estavam chegando a Brasília e pede que o bloqueio da circulação de ônibus de turismo no perímetro compreendido entre a torre de TV e a Praça dos Três Poderes, nos dias 8 e 9 de janeiro. Os manifestantes acabaram descendo a pé a partir do QG do Exército.

126 ônibus

Na última atualização da área de inteligência da Secretaria de Segurança, o registro é de que chegaram a Brasília, naquele 8 de janeiro, 126 ônibus interestaduais com manifestantes para o ato que chamaram de "Tomada de Poder". Mais de 5 mil pessoas.

Movimento "pacífico"

Às 14h23 do dia 8 de janeiro, minutos antes da invasão do Congresso, o secretário de Segurança em exercício naquele momento, Fernando Oliveira, informa o governador Ibaneis Rocha sobre o planejamento da chegada dos últimos ônibus e enfatiza que toda movimentação ainda era "muito pacífica" e que, segundo ele, a Inteligência estaria monitorando e não haveria relatos de agressividade. "Tá um clima bem tranquilo, bem ameno...uma movimentação bem suave e a manifestação totalmente pacífica", disse Fernando em mensagem de áudio. Ibaneis responde: "Maravilha".



Ed Alves/CB/D.A. Press

"Prende todo mundo"

Quando os vândalos invadiram o Congresso, Fernando Oliveira encaminha a seguinte mensagem ao coronel Fábio Augusto, então comandante-geral da PM, com tom de voz já bastante tenso: "Coronel Fábio, boa tarde! Coronel, eu sei que o senhor está aí no front...é o seguinte...é pra dispersar todo mundo, utilização da força moderada e dentro do que é permitido pela lei...e outra coisa: os manifestantes que tiverem é pra prender. Prender, vamos levar pra delegacia quem tiver com qualquer indício de material é pra prender...prender todo mundo que tiver com material agressivo...pau, pedra...entendeu? Dano ao patrimônio público prende todo mundo e encaminha direto pra DP".

Aliados


No MDB, o governador Ibaneis Rocha tem dois importantes aliados: os ex-presidentes José Sarney e Michel Temer.


"Escárnio! Damares, que deve ser investigada por genocídio, quer ser porta-voz dos indígenas no Congresso"

Deputada Érika Kokay (PT-DF)

"Eu vou cumprir a minha missão de ser voz das crianças no Senado Federal. E, é claro, a esquerda está muito incomodada com isso"

Senadora Damares Alves (Republicanos-DF)





Mila Ferreira/CB/D.A. Press Ed Alves/CB

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

JUSTIÇA / Ministro do STF Alexandre de Moraes recebeu, ontem, o pedido para que o governador afastado Ibaneis Rocha (MDB) retorne ao cargo, mas deve encaminhar à Procuradoria-Geral da República (PGR) para manifestação

À espera de uma decisão de Moraes

» PABLO GIOVANNI

A defesa do governador afastado Ibaneis Rocha (MDB) recorreu da decisão que o afastou do cargo por 90 dias. O documento que pede o retorno do chefe do Executivo local de forma imediata, chegou à mesa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, e deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) para uma manifestação sobre a petição.

Contudo, Moraes não tem um prazo definido para analisar o pedido dos representantes do chefe do Executivo local, mas a defesa do embedista acredita que haja algum sinal de despacho o quanto antes. Eles utilizam o exemplo da decisão do próprio Moraes no caso do ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres, quando a defesa solicitou a revogação da prisão preventiva.

O ministro determinou manifestação da PGR um dia após a solicitação — os procuradores, no entanto, ainda não responderam.

Para o jurista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Angelo Prata de Carvalho, não é necessário que ministros do Supremo tenham um parecer da Procuradoria-Geral para decidir processos na Corte, mas que a trajetória de Moraes no STF sempre foi pautada em manifestações dos procuradores, mesmo que nem sempre sejam acolhidas. "É habitual que o Supremo faça isso. Nesse caso, eu esperaria, sim, que a PGR seja instada a se pronunciar", disse à reportagem. "Quanto à rapidez da resposta, é algo difícil de prever, já que depende muito do caso. No entanto, por se tratar de um caso bastante rumoroso e relevante, é de se esperar que a resposta venha com alguma velocidade", salientou o especialista.



Quanto à rapidez da resposta, é algo difícil de prever, já que depende muito do caso. No entanto, por se tratar de um caso bastante rumoroso e relevante, é de se esperar que a resposta venha com alguma velocidade"

Angelo Prata de Carvalho, jurista e professor da Universidade de Brasília (UnB)

Argumento

Os representantes do governador afastado argumentaram, na petição, que, ao determinar a soltura do ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), coronel Fábio Augusto Vieira, o ministro Alexandre de Moraes cita que, a partir das investigações preliminares realizadas pelo interventor federal na segurança do DF, Ricardo Cappelli, a manutenção da prisão do militar não era mais necessária. "Se para quem está diretamente na chefia da tropa esta lhe falta, com maior razão de ser não se pode dizer que o governo — que está mais distante da tropa — se omitiu no comando", afirma o texto enviado ao STF.

A defesa de Ibaneis Rocha também argumenta, na petição, que as informações que o governador tinha sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, até as 13h23, eram as de que "a manifestação transcorria normalmente". Assim

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Defesa de Ibaneis Rocha solicitou a pronta retomada dele ao GDF

que soube dos atos de vandalismo, o chefe do Executivo local, em linguagem áspera, ordenou ao então secretário-executivo da Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), Fernando de Sousa Oliveira: "Tira esses vagabundos no Congresso (Nacional) e prenda o máximo possível".

Na ementa, os advogados citam um atrito entre a PMDF e o Exército após os atos na Praça dos Três Poderes, quando o comando militar proibiu a entrada dos policiais no acampamento

de bolsonaristas instalado no Quartel-General, no Setor Militar Urbano (SMU). A petição ainda menciona que a perícia da Polícia Federal no aparelho celular de Rocha concluiu que "a investigação não revelou atos do governador Ibaneis em mudar o planejamento, desfazer ordens de autoridades das forças de segurança, omitir informações a autoridades e superiores do governo federal, ou mesmo de impedir a repressão ao avanço dos manifestantes durante os atos de vandalismo".